

# Cidade: memória versus esquecimento

Márcia Frota Sigaud\*

## RESUMO

As cidades são produtos de superposição de épocas e depositárias da memória dos diferentes extratos espaciais e temporais. As favelas do Rio de Janeiro marcam os diferentes processos históricos de ocupação e permitem a coexistência de elementos arcaicos e formas sofisticadas de habitação. As favelas reproduzem e aprimoram, ainda nos dias atuais, formas de vida que a sociedade como um todo prefere esquecer.

Palavras-chave: favela; ocupação da cidade; representações culturais.

## SUMMARY

Cities are results of super ordination of times and backgrounds of memory of different spatial and temporal strata. Rio de Janeiro's slums signal the different historical processes of occupation and allow the coexistence of archaic elements and sophisticated ways of housing. The slums reproduce and make it easier, still nowadays, ways of living which society as a whole prefer to forget.

Keywords: slum; city occupancy; cultural representations.

## RESUMEN

Las ciudades son producto de superposición de épocas y depositarias de la memoria de los distintos estratos espaciales y temporales. Las villas-miseria (favelas) de Río de Janeiro marcan los distintos procesos históricos de ocupación y permiten la coexistencia de elementos arcaicos y formas sofisticadas de habitación. Las favelas reproducen y perfeccionan, aún hoy día, formas de vida que la sociedad como un todo prefiere olvidar.

Palabras-llave: favela; ocupación de la ciudad; representaciones culturales.

Que as cidades sejam o produto da sobreposição de épocas, dos extratos temporais, da memória, não há o que contestar. Mas, reconhecer esses extratos, criar condições para integrá-los ou fazer com que cada um deles possa se manifestar adequadamente, nem sempre isto acontece.

Quando admitimos ser a cidade o produto de um processo em andamento e não de criação instantânea, devemos esperar que este processo se desenvolva de forma bastante desigual de uma localidade para outra e que a influência exercida pela cidade sobre os modos de vida de seus habitantes não elimine completamente os tipos de associação humana que predominaram anteriormente. Isto porque, numa escala mais expressiva ou mais tímida, nosso modo de vida social é portador da marca de uma sociedade anterior, possui características herdadas de outra época.

Tomemos o caso específico de uma localidade da cidade do Rio de Janeiro, a favela. Ela teve, e ainda tem, presença marcante em diferentes momentos no processo de evolução urbana da cidade: seja associada a fatos históricos relevantes, como os episódios da Revolta da Armada, da Guerra de Canudos, das eleições livres com o fim do Estado Novo, ou ainda por ser um importante elemento de estabilidade social, funcionando para facilitar os interesses do capital na cidade. Mais tarde, nos anos 60 e 70, sua existência contribuiu para o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e a criação de associações de bairro.<sup>1</sup>

Esta questão merece uma rápida referência histórica. A Revolta da Armada foi o nome dado ao movimento ocorrido entre 1893 e 1894 de insurreição dos soldados que reivindicavam

moradia. À época da transformação da Guarda do Império em Exército da República, as condições dos soldados assalariados eram bem precárias. O governo enfrentava dificuldade para resolver o problema habitacional dos soldados no Rio de Janeiro, o que se agravou, pois uma grande parte de ex-escravos, recentemente colocados em liberdade, encontraram, no engajamento ao Exército, a solução para seus problemas de moradia. A solução adotada foi autorizar que o Convento de Santo Antônio fosse ocupado por militares. No entanto, o local era insuficiente para abrigar todos aqueles abrangidos pela medida. O Coronel Moreira Cesar (morto na Guerra de Canudos) autorizou, então, a construção de diversos barracões sobre uma das encostas do Morro de Santo Antônio. Segundo pesquisa de Maurício Abreu, a decisão foi tomada devido "ao grande número de soldados afetados a este batalhão e à insuficiência de casas na proximidade deste quartel". (Abreu, 1993) Nasce, assim, a primeira favela, cuja formação foi oficialmente autorizada. Mas será a partir do Morro da Providência, conhecido originalmente como Morro da Favella, que a adoção da palavra favela, para caracterizar este modo de apropriação do espaço na cidade, propagou-se. Antes dos estudos de Abreu sobre a origem das favelas, o Morro da Providência era considerado a primeira favela do Rio, talvez por seu nome de origem.

A Guerra de Canudos vai ser outro marco na origem das favelas cariocas. Segundo Paulo Santos, os soldados que voltaram da guerra, em função do problema habitacional da cidade, instalaram-se no Morro da Providência, chamando-o de favela devido à semelhança entre a miséria local e aquela que eles viveram no

sítio de Favela, no interior da Bahia, lugar da guerra. (Santos, 1981, p.75)

Durante toda a primeira metade do século XX, a falta de políticas habitacionais gerou um paradoxo: o crescimento das favelas que, ao mesmo tempo em que resolvia o problema do déficit habitacional, continha as revoltas sociais. Para explicar este paradoxo, muitos pesquisadores tendem a considerar, atualmente, a permanência da favela no meio urbano como um importante elemento de estabilidade. De acordo com essas interpretações, em consequência da reforma urbana e desde que as epidemias foram controladas, o governo transferiu à força de trabalho uma grande parte dos custos de sua produção, mas foi obrigado a aceitar, sem jamais admiti-lo explicitamente, a permanência da favela na cidade. Garantia-se, assim, o mínimo de estabilidade social necessária ao processo de acumulação. Além disso, tudo leva a crer que a presença das favelas não incomodava o interesse do capital, uma vez que elas representavam uma importante reserva de mão-de-obra para a indústria, para as atividades da construção civil e para os serviços.

Essas interpretações não devem fazer crer, no entanto, que a permanência e a expansão da favela constituíram-se em paz. Ao contrário, a afirmação da favela na paisagem carioca foi marcada por numerosas vitórias e derrotas, que revelam as tensões criadas por sua presença. Os recenseamentos brasileiros mostram este paradoxo. O primeiro censo oficial das favelas ocorreu após as eleições livres de 1946, quando o Partido Comunista Brasileiro teve uma grande influência e receptividade entre a população favelada, obrigando a municipalidade do Rio de Janeiro a se interessar pelo assunto. Até então, não se fazia distinção entre favela e outras formas de moradia dos pobres. Lucien Parisse (1969, p.553) observa esse desprezo quanto às condições dos espaços favelizados, efeito, em parte, do sentimento comum à época, expresso até o censo de 1940, de que a favela não tinha ainda nem desenvolvimento, nem personalidade para que se destinasse a ela um tratamento específico.

Com todos esses extratos temporais que resumem algumas das passagens do processo de formação da favela e de suas relações com a cidade, deveria ser possível credenciá-la como um espaço representativo de uma das facetas da memória da cidade, não apenas do ponto de vista musical, como acontece

com o samba. E é por este aspecto que tentaremos descrever a experiência do Morro do Cantagalo, situado na Zona Sul do Rio de Janeiro.

A favela do Cantagalo revela, através dos seus símbolos (arquitetura, modo de vida, espaços construídos), os desejos, os orgulhos, as angústias e as neuroses de seus habitantes, dos “arquitetos” e dos artistas que ali vivem. Falar desses sentimentos é falar do resultado da paixão que eles carregam da herança cultural de uma experiência vivida e compartilhada.

O ambiente simbólico que envolve o Cantagalo é denso, mas sua história recente, às vezes mal conhecida, pode explicá-lo. O bairro está longe de ser bonito e agradável, segundo os parâmetros do modelo dominante na cidade. Lá, podemos encontrar certos espaços mais “ricos” que outros, em geral aqueles de mais fácil acesso aos bairros vizinhos, porém, a maioria dos espaços internos tem uma aparência de simplicidade e fragilidade e não dispõe do conforto físico e material da cidade.

Ambiente simbólico é aqui entendido como forma de expressão de uma população que resulta numa imagem representativa de sua dinâmica. O ambiente simbólico é a maneira eletiva de a população exprimir-se no espaço – com uma linguagem própria, híbrida, resultando em um espaço “saturado” de diversas referências. Ele é o resultado de uma expressão ao mesmo tempo coletiva e individual imaginada, condensada e deslocada, de um desejo que em alguma parte será assimilado e largamente traduzido em termos de necessidade a satisfazer. O termo simbólico será utilizado, ao longo deste artigo, para designar todo o tipo de construção material e imaterial.

As formas de expressão dos moradores da favela e sua visão de mundo são pouco tratadas na literatura sobre favelas. As más condições de vida e de trabalho sempre atraíram mais a atenção dos pesquisadores. No entanto, fora deste campo de estudos sobre as favelas, encontramos outras áreas de conhecimento voltadas para a visão de sociedade compartilhada por aqueles que lá habitam.<sup>2</sup> As atividades do espaço habitado, tanto na escala física quanto na social, assim como no sentido a ele atribuído pelos moradores, compõem a dinâmica da vida quotidiana e comunitária. A concepção da casa, por exemplo, deve estar adaptada ao espaço restrito que lhe é destinado, sendo essencial que cada lugar possa permitir vários usos. Seus limites, então, não são

obrigatoriamente fixos e a configuração dos espaços internos à casa e de seu entorno não são contraditórios, e devem permitir ampliações e transformações com o máximo de liberdade, característica fundamental que distingue a favela dos outros espaços da cidade.

O que se percebe nas favelas é que os espaços comuns propiciam uma ligação íntima com a casa. Isto quer dizer que os espaços comuns coexistem com os espaços privados, sem que se tenha, para tanto, um avanço inoportuno sobre os princípios comunitários. Na realidade, os moradores do Cantagalo adotam um sistema de propriedade comum, no qual ninguém possui direito legal sobre o terreno e todos dividem “igualmente” o mesmo espaço. Os moradores devem se apropriar de seu espaço e ao mesmo tempo cultivar uma identificação entre si.

Isto gera um equilíbrio entre os espaços comuns e os privados, tornando possível considerar uma certa supremacia destes últimos sobre os primeiros, haja vista que as vias de acesso seguem, em geral, o movimento de implantação das casas. A primeira ocupação é a base de todo o encadeamento posterior: a partir dos traçados originais definidos pelos primeiros moradores, a organização urbana do Cantagalo desenvolveu-se.

As ruelas simbolizam um traço das relações e dos momentos históricos vividos, nos quais se desencadearam as lutas sociais. Elas não se constituem tão somente em acessos, mas são também um ponto de referência, de encontro, de convivialidade, transformando-se em fatos urbanos<sup>3</sup> que fazem parte da memória coletiva.<sup>4</sup> Nessas ruelas os moradores fazem seu footing, brincam com as crianças, passeiam de bicicleta: é onde estabelecem redes de amizade, de cumplicidade, baseadas nos princípios da socialidade, uma espécie de comunhão social sustentada pelo sociólogo francês Michel Maffesoli (1993).

Diante da escassez do espaço nas favelas, elas abrigam sobretudo a função de lazer. Esta atividade só é possível porque os carros não podem circular no interior do Cantagalo, pois a implantação do morro sobre a encosta impede o acesso de veículos. O carro, símbolo dos mais marcantes da sociedade urbana industrial, não intervém diretamente na vida quotidiana das favelas. Trata-se de um aspecto relevante que diferencia o modo de vida das favelas e o das cidades construídas em função dos carros. Para os habitantes

das cidades, as ruas representam um meio de circulação, de comunicação entre dois pontos, mas não necessariamente de comunicação entre aqueles que a utilizam. Não iremos nos aprofundar nesta questão, mas cabe destacar que a ausência de carros nos morros não é certamente uma escolha de seus habitantes. A prova disso é que podemos encontrar carros nas favelas instaladas em terrenos planos. Na verdade, a particularidade geográfica do terreno é um empecilho à presença de carros na vida dos moradores e não uma recusa desse símbolo máximo de sucesso da sociedade de consumo.

O mais curioso quando buscamos especificar a vida na favela é constatar a coexistência de elementos arcaicos (os materiais de construção, por exemplo) com elementos sofisticados (vídeos, telefones celulares, antenas parabólicas etc.). O que demonstra uma certa autonomia dos moradores da favela e uma liberdade quanto à “escolha” de consumir produtos impostos pelo mercado.

Nesse sentido, podemos afirmar que a liberdade de movimento no momento das transformações, a auto-concepção dos espaços construídos, a multiplicidade de funções coexistindo nos mesmos espaços, as redes baseadas nas relações de vizinhança e a possibilidade de escolha de um tipo de consumo menos ligado à massificação dos gostos (Bordier, 1989) são as mais fortes expressões da vida no Cantagalo. Elas simbolizam uma dinâmica de ligação com o lugar que a ideologia do urbanismo moderno não conseguiu oferecer às cidades, na medida em que privou seus habitantes de um maior grau de participação e até mesmo de certa autonomia quanto à criação e uso dos espaços.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a favela guarda uma forte herança cultural devido ao seu modo de vida, ela dá demonstrações de que o acúmulo dessas heranças também faz parte de um processo dinâmico. Ou seja, os símbolos adaptam-se à conformação sócio-espacial do Cantagalo. Podemos ver esta adaptação da realidade cotidiana da favela de variadas maneiras, em particular através da música. Apesar da condição de precariedade, a favela sempre foi cantada e descrita, por tudo que ela simbolizava, como um lugar de felicidade.

Tão importante como as relações humanas, como a presença da natureza, do romantismo e das manifestações culturais que os favelados consagram, depara-

mo-nos com o “excesso de liberdade” na maneira de fazer e de viver uma favela – o que é interpretado como “desordem” pelos urbanistas funcionalistas (a mistura de funções num mesmo espaço, quer dizer, a fragilidade do método funcional, conforme Choay, 1965). A desordem, nesse caso, pode ser uma resposta criativa que os moradores da favela encontraram para se adaptarem à hostilidade da sociedade, que tudo fez para rejeitá-los, impondo suas regras. Esta rejeição provoca reações, através de manifestações culturais como o carnaval, por exemplo, mas também

---

Por outro lado, ao mesmo tempo em que a favela guarda uma forte herança cultural devido ao seu modo de vida, ela dá demonstrações de que o acúmulo dessas heranças também faz parte de um processo

---

pela ocupação dos espaços. A apreciação de DaMatta (1973) a respeito do carnaval, para quem “o carnaval é o ritual de inversão do cotidiano”, visto que se trata de uma possibilidade de trânsito e de autonomia que os pobres conquistam no momento em que eles se “vingam” da cidade, serve para a concepção espacial da favela. É por este motivo que a favela guarda a memória da cidade.

Ao contrário das favelas e seus espaços, é mais fácil associar o carnaval à memória da cidade pelas seguintes razões: é o maior evento da cidade do Rio de Janeiro, uma vez que sintetiza uma grande manifestação cultural; representa a capacidade de mobilização, de participação e de organização de uma população que luta para ter um lugar digno no espaço urbano por meio de sua produção cultural. Nessa época, os moradores da favela invertem os símbolos da realidade, mas mantêm sua significação. Eles provam, assim, que se são capazes de simbolizar a realidade com precisão e leveza através do espetáculo do carnaval é porque possuem um potencial fecundo para imaginar e representar o cotidiano. Essa abordagem leva-nos a acreditar que a ocupação espacial, de aparente desordem, nada mais é do que uma outra maneira de conceber a ordem.

Diante do valor histórico-cultural das favelas, parece-nos impossível imaginar os grandes conjuntos habitacionais como um tipo de “medicamento” para o fenômeno das favelas. Esses conjuntos não permitem manifestações espontâneas que evoluam dentro de um processo dinâmico, segundo as necessidades de cada época. A maneira como eles foram concebidos, visando ao remanejamento das favelas, é um constrangimento para os moradores, uma destruição da “ordem” interna. Esse processo de produção da periferia, realizado de uma só vez, sem passado e sem futuro, representa, de certa forma, uma singularidade na história urbana – o que reforça o caráter territorial da exclusão. Independentemente das condições físicas, os conjuntos habitacionais resultam de uma história brutal e não progressiva e é por isso que eles dificilmente são apropriados por seus moradores.

Poucas tentativas foram feitas, no Brasil, atribuindo aos moradores dos bairros populares competência para serem os atores da cidade. Mais raras ainda são aquelas que tentam reconhecê-los como parceiros do planejamento do território. No entanto, esses habitantes são planejadores, não somente quando têm força para determinar o curso das coisas, para protestar ou para fazer exigências de mais equipamentos, ou repelir para o vizinho uma infra-estrutura inoportuna. Eles são planejadores porque inventam a cidade no cotidiano. Acreditamos que são passivos, quando são ativos: eles antecipam o estudo do sociólogo, precedem ao lápis do urbanista, surpreendem a visão do geógrafo.

São eles planejadores porque são a vida, na sua abundância, diversidade, contradições e com suas regras inventadas dia a dia, nos interstícios de uma brecha administrativa. Movidos por uma vitalidade proveniente também do intercultural, esses moradores inventam uma cidade diferente, nova, invadindo os espaços vazios e introduzindo liberdades e provocações ao dirigismo regulador.

Ignorando esses princípios, as autoridades públicas, sejam locais, regionais ou nacionais, têm dificuldade em admitir que os moradores dos bairros populares possam ser os atores e os parceiros do seu quadro de vida. Quando são admitidos como planejadores e atores, raramente o são dentro de uma perspectiva de autêntico diálogo, mas muito mais em decorrência da retração do poder público. Dito de outra forma, quan-

do esses moradores são reconhecidos como atores e planejadores, é para lhes dizer: “virem-se, é problema de vocês”. É precisamente este dilema que precisa ser recusado: não se trata de uma escolha entre a ação destinada a essas pessoas e a renúncia à implicação dos poderes públicos nesses bairros, e sim de inventar formas reais de colaboração entre os poderes públicos que gerem os créditos, os meios e as prerrogativas, com os moradores, levando em conta seus próprios projetos, competências, diferenças e contradições: “Reconhecer os moradores é reconhecer sua história e sua cultura, suas formas de organização, é reconhecer o valor do bairro e da sua forma espacial assim como sua inscrição a longo prazo”.<sup>5</sup>

A história da dinâmica urbana do Cantagalo mostra como o processo de apropriação do espaço acontece sem que haja prejuízo para a manutenção dos modelos tradicionais de comportamento sócio-espacial, que continuaram a funcionar bem, mesmo com a chegada do capital na periferia. O modo de vida tradicional, oriundo da experiência dos moradores de habitações coletivas, notadamente do cortiço, foi reproduzido na conformação das favelas. Durante todo o processo de sua transformação, essas moradias conseguiram conciliar os aspectos tradicionais da vida quotidiana com as novas concepções do modo de vida urbano. (Frota Sigaud, 1996)

As favelas são, assim, uma síntese das práticas urbanas intensivas, em que se produzem valores materiais e simbólicos, cujos usos e trocas respeitam uma dinâmica inédita, ao passo que a cidade moderna rompeu com o modelo tradicional de morar e se tornou rígida demais, fria, endurecida.

Nas cidades, as formas de representação são artificialmente separadas, seja por intermédio de concepções de projetos urbanísticos, seja por análises idealistas dos especialistas. Na realidade, os meios urbanos do quotidiano ultrapassam as propostas imaginadas a respeito. A era da máquina, da modernidade, produziu espaços funcionais que consideravam a eficácia das trocas, enquanto que, na contemporaneidade, é a comunicação que prima, demandando novos espaços que lhe sejam mais adequados.

Na cidade modernista, as propostas concretas tentam intervir em situações que nem sempre podem ser resolvidas, enquanto que as análises às vezes são

incapazes de explicar o como e o porquê das formações sócio-espaciais específicas. Com a Revolução Industrial e a rápida urbanização da Europa, os administradores da cidade depararam-se com uma nova realidade que os obrigava a trabalhar com os “grandes números” - de população e de problemas urbanos. Essas transformações exigiam uma complexa administração e culminaram com o surgimento de novas ciências, como a estatística e o urbanismo, para melhor entender e tratar os problemas urbanos. Uma figura importante dessa nova maneira de administrar os espaços foi Hausmann, prefeito de Paris na metade do século XIX. No Brasil, as transformações urbanas têm início no Rio de Janeiro com o prefeito Pereira Passos, no início do século XX. A cidade modernista deixa de ter uma correspondência imediata com os seus habitantes e modo de vida.

No Cantagalo, ao contrário, raramente encontramos distinções rígidas entre análises e projetos, entre o uso e a troca, tanto no nível material quanto no simbólico. As estratégias do quotidiano consistem em misturar todos esses elementos numa mesma dinâmica, que utiliza de maneira ambígua referências primárias de um modo de vida. Essas estratégias resultam de ações vivas e conjunturais. Nesse sentido, a análise de Jameson (1994) é pertinente, quando diz que a modernidade nos países da América Latina foi vivida segundo o princípio da simultaneidade, quer dizer, que a impulsão para a inovação não impediu a coexistência das matrizes culturais tradicionais. A heterogeneidade da cultura latino-americana, incluindo a cultura do espaço, consistiria, assim, na coexistência dessas matrizes com as práticas educacionais, políticas e de comunicação associadas à cultura e ao projeto de modernidade das elites locais.

A referência é o espaço em si, que não é somente material, mas é a representação mais acabada de manifestação social. O lugar onde se encontra cada pessoa é percebido enquanto modo de vida e é o símbolo de uma maneira de viver, que se situa em relação a outras possibilidades. O espaço é essencialmente uma construção social e, portanto, contraditório, o que quer dizer rico na sua diversidade.

Contudo, aquilo que os arquitetos, urbanistas e especialistas em cidades insistem em querer separar é recolocado pela cultura do dia a dia, pelo senso co-

mo dos moradores da favela. Em outros termos, o paradoxo do planejamento urbano é justamente negar o contraditório, as diferenças, propondo uma cidade utópica, baseada em princípios do individualismo, em ruptura com o modo de vida tradicional.

Segundo Maffesoli (1988), a era individualista, que veio romper com o modo de vida tradicional, está no fim e é marcada pela tendência atual de formação de pequenos grupos sociais, cuja identificação é capaz de dotá-los de uma imagem específica, responsável pela manutenção das ligações sociais. Se tomamos emprestadas as idéias deste autor para pensar a população da favela, podemos detectar uma forte ligação ao espaço em torno do qual se fortalecem os laços e a partir do qual a população se reconhece enquanto cidadã. As motivações existenciais, sejam da ordem da necessidade ou do desejo, funcionam como elemento de aglutinação. Pertencer a uma comunidade favelada significa, para eles, poder conservar a especificidade de seu modo de vida, ao mesmo tempo que isto lhes garante o status de urbanos, a partir da inserção nesse território da cidade. Como diria Moles, “o espaço como identificação é uma referência a um contato com o mundo; a qual remete à oposição entre o aqui e o além (...); ela serve para construir, no campo da consciência, uma estruturação particular que será chamada de ‘carta mental’, uma imagem do mundo na sua generalidade em relação a cada um de nós”. (Moles, 1982, p.9)

A imagem do mundo para os moradores da favela, em geral, está associada à idéia de apropriação, de dominação de um território, o que representa um instinto fundamental do homem e que pode explicar o sentido do modo de vida numa favela.

O espaço moderno proposto à época das reformas urbanas, pouco após o surgimento das favelas, era baseado na idéia de querer mudar a imagem de “atraso” da cidade, mas não era assimilado, pois não correspondia às referências espaciais da maneira de morar da população. Seria excessivo acreditar que uma população recentemente liberta da escravidão, que se torna a “classe dos excluídos”, habituada a tirar da terra as fontes de vida, o aconchego do lar, pudesse compreender as propostas de reforma urbana do início do século. Portanto, nem os espaços da favela nem seus moradores rompem com a estrutura sócio-espacial tradicional

praticada no país; ao contrário, eles re-produzem e aprimoram, nos dias atuais, a memória de um modo de vida de uma sociedade que preferiria mantê-los no esquecimento.

## Notas

<sup>1</sup> Carlos N. F. dos Santos, por exemplo, critica o conceito de movimento social urbano (MSU) proposto por Manuel Castells. Exemplificando com o estudo de três áreas da cidade, Santos constata que os movimentos nascidos da luta pela satisfação das demandas de consumo de bens coletivos urbanos não evoluem em direção à consciência das questões sociais. Para Santos, "as crises da área urbanística chegam a unir os habitantes, mas eles se separam logo após verem suas demandas satisfeitas". (Santos, 1981, p.126)

<sup>2</sup> Os únicos a tratarem desta problemática foram Perlman (1977) e Santos (1981).

<sup>3</sup> A idéia das ruas como fatos urbanos está baseada no conceito de Aldo Rossi, para quem é necessário identificar em cada época quais foram os elementos constitutivos reveladores e como eles se relacionaram. Mais ainda, é preciso identificar quais entre eles se consolidaram no espaço para tornarem-se fatos urbanos. (Rossi, 1977) As ruelas constituíram, portanto, atividades que qualificam o espaço da favela, carimbando-lhe, de certa forma, com os atributos próprios, locais.

<sup>4</sup> Aqui nos identificamos com a noção de Serres (1983), para quem as dimensões da memória coletiva remetem a uma concepção de tempo que não precisa ser a mesma da história científica: pode se tratar de um tempo eventualmente descontinuo ou mítico, valorizando filiações à antiguidade e assegurando a identificação de uma memória a um território.

<sup>5</sup> Extraído do primeiro princípio da Declaração de

Salvador. As Declarações de Caracas e de Salvador são o resultado de dois congressos internacionais sobre a intervenção em áreas degradadas, promovidos pela Fondation pour le Progrès de l'Homme, o Ministério das Relações Exteriores Francês e os Ministérios do Bem-Estar Social da Venezuela e do Brasil. As Declarações recomendam a participação dos habitantes no planejamento e na gestão do espaço e estabelecem que o valor supremo que deve guiar as propostas e as ações são o respeito e a dignidade para com o outro - a dignidade sendo mais importante do que a solidariedade ou a democracia.

## Bibliografia

- ABREU, Maurício. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão das favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia/UFRJ, mimeo, 1993.
- BORDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- DaMATTA, Roberto. O carnaval como rito de passagem. Ensaios de Antropologia Estrutural. Petrópolis: Vozes, 1973.
- FROTA SIGAUD, Márcia. La favela: la production d'un mode de vie à Rio. Tese de Doutorado em Sociologia. Paris: Université René Descartes - Sorbonne, 1996.
- JAMESON, Frederic. Espaço e imagem: teorias do pós-moderno e outros ensaios. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.
- MAFFESOLI, Michel. La contemplation du monde. Paris: Grasset, 1993.
- \_\_\_\_\_. Le temps des tribus. Paris: Meridiens Klincksieck, 1988, p.24-25.
- MOLES, Abraham. Labyrinthes du vécu. Paris: Librairie des Méridiens, 1982.
- PARISSE, Lucien. "La favela dans le paysage urbain de Rio de Janeiro". In: Bulletin de la Faculté de Lettres de Strasbourg, n.9, junho/1969.
- PERLMAN, J. O mito da marginalidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. Lisboa: Cosmos, 1977.
- SANTOS, C.N.F. dos. Movimentos urbanos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- SANTOS, Paulo. Quatro séculos de arquitetura. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- SERRES, M. Rome, le livre des fondations. Paris: Grasset, 1983.

---

*\* Márcia Frota Sigaud é Arquiteta e Doutora em Sociologia pela Université Paris V - Sorbonne.*